

# Dinheiro.

**Brasileiros vão gastar no Natal**

De acordo com pesquisa da consultoria Deloitte, 28% dos brasileiros pretendem gastar mais no Natal, apesar da crise.

EDITORA:  
ELAINE SILVA  
ecferreira@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8327  
agazeta.com.br/dinheiro  
gazetadinheiro

RICARDO MEDEIROS



Centenas de pessoas participaram ontem do evento promovido por A GAZETA e Sindiex para reafirmar a defesa do fundo que mantém o comércio exterior vivo

## UNIDOS PELO FUNDAP

# ESTADO NÃO PODE FALIR

No evento com lideranças, governo diz que é hora de radicalizar

RITA BRIDI  
rbridi@redgazeta.com.br

A luta do Espírito Santo na tentativa de evitar perda de receita com a reforma tributária e com a mudança na distribuição dos royalties é muito árdua e obstáculos muito difíceis de serem ultrapassados, admitiram ontem o governador Renato Casagrande e o senador Ricardo Ferraço.

Ambos ressaltaram a importância da união de todos nessa batalha, que não tem data para acabar e que pode levar Estado e municípios à falência. Com a perda de receita, todos os segmentos da economia capixaba serão prejudicados e o setor público perderá sua capacidade de investimento.

Eles foram dois dos palestrantes no seminário "Fundap: Em Defesa do Espírito Santo", realizado ontem em Vitória. O evento, promovido por A GAZETA, patrocinado pelo Sindiex e apoiado pelo Es-

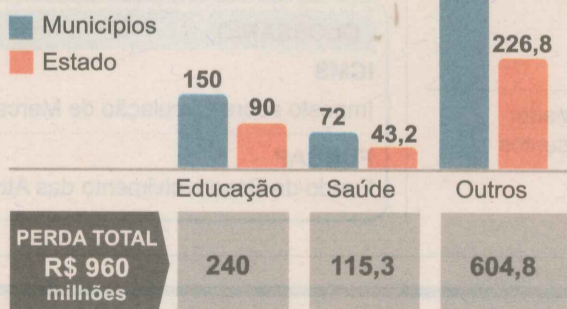
### IMPACTOS NO ESTADO

Estado terá redução dos investimentos em saúde e educação, desemprego e perda de grande parte da atividade de comércio exterior

#### SETOR PÚBLICO

Redução anual nos investimentos

Em R\$ milhões



pírito Santo em Ação, reuniu lideranças políticas e empresariais e a sociedade para debater as perdas que o Estado terá com as mudanças.

"Do jeito que está, chegou a hora de radicalizar. É um duplo prejuízo que querem impor ao Espírito Santo e não podemos acei-

tar uma atitude irracional como essa", avisou Casagrande.

Ao falar a respeito da possibilidade de extinção do Fundap, o governador mostrou sua insatisfação com a ameaça de modificarem, de um mês para outro, uma regra em vigor há mais de 40 anos.

#### PIB, renda e empregos

- Redução de 7% do PIB
- Reflexo direto nas atividades portuárias, de comércio, logística de transporte e armazenagem e serviços associados
- Perda estimada de **45.000 empregos** no setor privado

#### Comércio exterior

- Perda das cargas de maior valor agregado: automóveis (400 mil), contêineres, bens de capital, etc...
- Manutenção das cargas de baixo valor: carvão, fertilizantes, etc... (logística)
- Importações: **55%** receita CODESA
- Afeta exportações das cadeias produtivas

**Exemplo:** um exportador de granito depende do contêiner que traz algo importado para conseguir fazer sua exportação. Com a redução da atividade, poucas rotas virão para cá e a exportação das cadeias produtivas serão afetadas

#### Crédito

- O microcrédito oferecido pelo Bandes via Nossocrédito e Fundap Social vai acabar
- Até hoje **55,7 mil** operações foram feitas para emprestar dinheiro para os pequenos negócios

AGazeta - Ed. de Arte - Gilson

tro de petróleo e que o governo federal também tem sua prática de incentivos.

Casagrande contou que teve duas longas, "difíceis e duras" conversas com a Dilma Rousseff. A presidente, segundo o governador do Estado, não se fez de dissimulada e deixou claro que quer a votação, ainda neste ano, da proposta de mudança na alíquota do ICMS.

A sinalização do Planalto foi para a possibilidade de compensar o Estado pelas perdas, mas Casagrande já avisou que nenhuma medida terá alcance para evitar os prejuízos que o Estado e municípios terão.

O governador lembrou ainda o passivo que a União tem para com o Estado que só recebe 13% do total da arrecadação dos tributos que paga para o país.

# Estado perde empresas e educação de investir em saúde e educação

**Ex-secretário José Teófilo e ex-ministro Guilherme Dias apontaram impactos**

▲ **RITA BRIDI**  
rbridi@redgazeta.com.br

Perda de competitividade do complexo portuário, desestruturação da cadeia do comércio exterior, desequilíbrio das finanças do Estado, queda drástica de receita e da capacidade de investimento, fechamento de empresas e perda de postos de trabalho.

Esses são os principais problemas que o Estado terá com a aprovação do projeto de Romero Jucá que reduz para 2% a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados. Os impactos foram detalhados pelo ex-secretário estadual da Fazenda José Teófilo Oliveira e pelo ex-ministro do Planejamento, Guilherme Dias.

“Não somos contra a reforma tributária, mas o bicho entrou em transmutação”, disse Dias. Para ele, uma instituição como o

**Novas mudanças em debate**

▲ O impacto com mudanças no ICMS será debatido juridicamente no dia 7, com empresários e políticos, no I Simpósio Estadual de Comércio Exterior. A realização é do Sindicato e da Abead. Será no Hotel Ilha do Boi.

**PRECATÓRIOS**



“A redução do ICMS vai afetar o pagamento das folhas dos poderes e impedir o Estado de pagar precatórios”

**JOSÉ TEÓFILO**  
EX-SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO, no evento sobre Fundap

Fundap, que é quase tão antigo como o Banco Central, deveria ser estável. A falta da proposta, argumentou, não resolve a questão da competitividade da indústria brasileira.

“Se fosse para resolver o problema de competitividade da indústria nacional, valeria o sacrifício. O que não se entende é sacrifício por nada”, desabafou.

**ARRECADAÇÃO**

Para Teófilo, a intenção do Ministério da Fazenda é unificar a alíquota de 2% para todas as transações, para matar todo e qualquer incentivo. Com essa alíquota, o Espírito Santo perderia 45% da arrecadação do ICMS, mais de 46 mil postos de trabalho e 7% de seu PIB, em torno de R\$ 5,2 bilhões.

Além de reduzir a capacidade do Estado e municípios de investir em saúde e educação, a mudança afeta também o limite de gastos dos poderes, comprometendo a folha de pagamento. E ainda vai reduzir a quitação dos precatórios.



VITOR JUBINI

**Opinião de quem já esteve do outro lado**

O ex-ministro do Planejamento Guilherme Dias opinou sobre as intenções do governo federal no caso Fundap.

“O governo federal não quer fazer uma reforma tributária. Ele quer resolver um problema de competitividade da indústria nacional.”

— **GUILHERME DIAS, EX-MINISTRO DO PLANEJAMENTO**

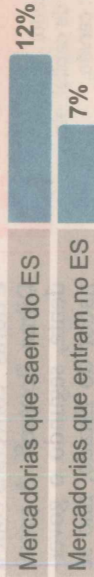
## ENTENDA O QUE MUDA

O governo federal prega que irá fazer uma reforma tributária, mas na verdade, por lobby da indústria que quer frear as importações, irá focar na redução da alíquota do ICMS de importação

**COMO É HOJE**

Alíquotas interestaduais hoje

**VENDAS NO BRASIL**



**COMÉRCIO EXTERIOR**

**Exportações:** imune; alíquota 0%, com direito a crédito

**Importações:** incide alíquota interna (em geral 17%), podendo ser diferida. No caso, o Estado possui o Fundap, um incentivo financeiro

**COMO VAI FICAR**

O Projeto de Resolução 72/2011, de autoria do senador Romero Jucá, propõe reduzir de 12% para 0% a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior

Com a emenda apresentada pelo senador Delcídio Amaral, na Comissão de Assuntos Econômicos, a alíquota cai para 2% a partir de janeiro de 2015



**O PREJUÍZO**

Os municípios capixabas são os grandes perdedores: no caso de uma alíquota interestadual de 2%, os municípios perdem cerca de 88% de receita de ICMS

**GLOSSÁRIO**

**ICMS**

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**FUNDAP**

Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias

## Argumento de proteção industrial é mito

▲ O argumento usado pelos defensores da fatia da reforma tributária representada pelo projeto de Romero Jucá da necessidade de barrar as importações para proteger a indústria nacional “não passa de mito”, pois a maior parte das importações é consti-

tuída de bens de capital e matéria-prima usada pela indústria, e a maioria das importações é feita pela própria indústria.

A desconstrução desse mito ficou a cargo do diretor da Rosenberg & Associados, Michal Gartenkraut, no seminário do Fundap. Ele

contestou ainda as alegações de que a concessão de incentivos prejudicaria a arrecadação dos Estados e a população.

Os números, segundo Gartenkraut, mostram que mesmo com a concessão de incentivos a arrecadação do ICMS aumentou.

A concessão de incentivos, explicou, não é incentivo brasileira. “Isso existe em todo o mundo”, argumentou.

Para ele, o sistema mais saudável é aquele em que há competição, principalmente, porque contribui para a redução da carga



**Gartenkraut: “Incentivo não é invenção brasileira”**

tributária “Todos os que falam contra os incentivos fiscais deveriam pensar melhor porque estão contra a queda da carga tributária”, advertiu.

Autor de um estudo feito no início do ano, e atualizado recentemente, Gartenkraut, disse que os impactos “são devastadores e os municípios são os maiores perdedores”.

FUNDAP

AJ22590-3

UNIDOS PELO FUNDAP

# Apoio catarinense na briga

**Secretário da Fazenda do Estado do Sul diz que projeto de Jucá é inconstitucional**

4 RITA BRIDI  
rbridi@redegazeta.com.br

O secretário estadual de Fazenda, de Santa Catarina, Nelson Serpa, apelou aos senadores brasileiros para que se conscientizem do momento em que o país está vivendo e evitem aprovar o projeto Jucá, que é inconstitucional e fere o princípio federativo.

O Estado de Santa Catarina, disse, está preocupado com os reflexos para a economia e os senadores, frisou, precisam trabalhar e debater uma reforma tributária "verdadeira e que respeite a autonomia dos Estados".

Para ele, as divergências políticas tem atrapalhado os avanços na dis-

cussão da reforma tributária. A proposta em discussão no Senado, lembrou, está preocupada exclusivamente com o ICMS, que representa 20% da base da receita dos Estados.

O secretário assegurou que a proposta em debate fere o princípio federativo e tira dos Estados a capacidade de arrecadação, da parcela de 25% a que tem direito. "A autonomia dos Estados vai se restringir a uma competência para legislar apenas em 4% do tributo", reclamou.

Para Serpa, a proposta de Romero Jucá "fere de morte os municípios, que perderão, inclusive a capacidade de arrecadar o ISS, um tributo municipal". A mudança, segundo ele, será uma grande injustiça contra os Estados e municípios que já são prejudicados porque a distribuição

de receita não é proporcional aos encargos.

De todas as receitas tributárias do país, a União fica com 69,9%, os Estados com 25,23% e os municípios com a menor parcela, 4,87%. Essa distribuição mostra que a União detém a maior parte do bolo tributário nacional, mas não está demonstrando disposição de fazer uma reforma tributária que desconcentre a arrecadação.

E o que é pior. Nessa parte da reforma tributária fatiada, propõe alterações justamente no tributo que representa a maior parte da arrecadação dos Estados, que é o ICMS. Por essa razão é que o secretário reclamou da perda de autonomia dos Estados e da inconstitucionalidade da proposta, que segundo ele fere uma cláusula pétre da Constituição.



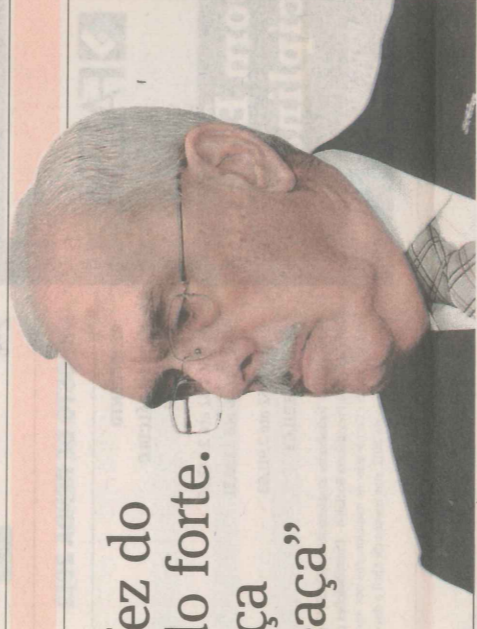
VITOR JUBINI

Serpa defende uma reforma tributária que respeite a autonomia dos Estados

## REPERCUSSÕES

### “O Fundap fez do ES um Estado forte. A insegurança jurídica ameaça”

SEVERIANO IMPERIAL  
PRESIDENTE DO SINDIEX



“É importante dar ciência às autoridades dos impactos que a mudança trará para o Estado e para os municípios”

ALEXANDRE THEODORO  
PRESIDENTE DO ESPIRITO SANTO EM AÇÃO

“A história do Espírito Santo é repleta de desafios que exigem nossa união. Devemos estar atentos para evitar que o Estado seja prejudicado”

CAFÉ LINDBERGH  
DIRETOR-GERAL DA REDE GAZETA

“O Sistema Fines trabalhou para que o Fundap seja mantido ou pelo menos prorrogado. Deve ser avaliado com outros olhos pelo governo”

MARCOS GUERRA  
PRESIDENTE DA FINDES

## Nova rodada de negociações com prefeitos em Brasília está marcada para o dia 2

4 RONDINELLI TOMAZELLI  
rsuave@redegazeta.com.br

Há muitas outras variáveis no jogo, mas o Espírito Santo conseguiu afastar, por mais uma semana no Senado, o risco de votação do projeto que zera o ICMS sobre operações interestaduais de importados. Isso por conta da sensibilização do governo e dos líderes no Senado por parte da bancada federal e de prefeitos do Estado que desembarcaram em Brasília esta semana.

Uma nova rodada está marcada para o dia 2, quando o prefeito de Vitória, João Coser (PT), e outros colegas, terão audiência com o secretário-executivo do ministério da Fazenda,

Nelson Barbosa. Ontem, Coser e outros prefeitos conversaram com a ministra das Articulações Institucionais, Ideli Salvatti, mas sem garantias do governo de comitês do governo do Estado no caso de votação do projeto do senador e líder do governo Romero Jucá.

“Ideli disse que não há pedido de regime de urgência e compreendeu que nosso sistema, por ter 40 anos, é diferenciado, mas a situação continua preocupante. É meta do governo votar o projeto este ano”, observou Coser.

O grupo apresentou à ministra as consequências na queda de impostos, empresas e empregos.

## PÉRDAS E DANOS

### R\$ 2,6 bilhões

São as perdas anuais do Estado se for aprovado o fim do Fundap, como quer o governo federal.

Os prefeitos reforçaram que o Fundap cede parte do ICMS às empresas, mas que esta é condicionada à investimentos, não configuração do renúncia fiscal praticada por outros Estados.

Ideli chegou a chamar essas renúncias fiscais de “guerra suja”, reafirmando

do o interesse do governo de eliminar tais mecanismos e também blindar o país contra a desindustrialização e as ameaças da crise econômica mundial.

Mais cedo, Coser e o presidente da Amunes, Gilson Amaro, apresentaram os mesmos dados, em reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF), aos ministros Ideli, Mirim Belchior (Planejamento) e Mário Negromonte (Cidades).

Já os prefeitos de Vargem Alta, Elieser Rabelo, e de Pedro Canário, Wilson Fiorot, pediram apoio ao presidente do Senado, José Sarney, para que o projeto que implode o Fundap não tramite em urgência.

Os produtores estão articulando a votação em urgência. O deputado Julio César (PSD-PI) já colheu 113 das 257 assinaturas necessárias para que a urgência urgentíssima seja aprovada, após o que há prazo de cinco sessões para votar o projeto, que atropela a pauta.

Segundo Vaccarezza, o movimento das assinaturas “por ora, não preocupa” o governo. A preocupação é geral nas bancadas do Rio e do Espírito Santo, que entram com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para barrar a votação na Câmara. Os senadores Ana Rita e Magno já recorrentes ao Supremo.

O líder do governo na Câmara, Candido Vaccarezza, disse ontem que tentará, mas “não há expectativa de acordo” para a votação da divisão dos royalties do petróleo. O projeto de lei aprovado no Senado corre na Câmara.

“O governo deu grande contribuição ao acordo cediendo nos royalties e na participação especial. O texto do Senado tem números que não correspondem à realidade, não são de nenhum órgão competente. Assumi com as bancadas do Rio e do Espírito Santo compromisso de não votar de afogadilho”.

Como ainda não foi instalada a comissão especial para discutir o projeto, os

## Vaccarezza faz promessa à bancada capixaba